

Tema: Caminhos para combater a pobreza menstrual no Brasil contemporâneo.

Introdução: Além de a introdução estar muito longa, sem ser objetiva e acabar sendo prolixa (isto é, 'enrolando') sobre algo que poderia ter dito de forma direta ao ponto, nota-se a repetição do termo 'saúde' e 'direito', apontando um desvio coesivo.

Desenvolvimento I: Não há a fonte para a informação do Brasil estar vivenciando uma alta na inflação e, além disso, não há uma relação direta entre a crise econômica e os artigos necessários para o combate da pobreza menstrual.

1 A saúde é, não só, um direito humano, mas promulgado na Consti-
2 tuição Federal de 1988, sendo um direito de todos, de acordo com o Artigo
3 196. Saúde não se resume a doenças, mas ao bem-estar individual. Nessa
4 perspectiva, nota-se que, no Brasil atual, tal direito básico é negado a uma
5 grande parcela da população, devido ao contexto de pobreza menstrual, no
6 qual indivíduos com útero não podem arcar com os gastos à higiene íntima
7 e recorrem a alternativas que os colocam em risco de saúde. Dessa forma, é
8 importante refletir sobre as causas e efeitos do problema sobre saúde pública,
9 além de colocar em xeque a responsabilidade do Estado sobre ele.

10 Primeiramente, uma das causas da situação é o fator econômico. Vi-
11 vemos, hoje, em um contexto crítico na economia: os artigos básicos estão
12 extremamente caros e o nível de pobreza, alto. Assim, pessoas que estão em
13 situação de vulnerabilidade social não têm a possibilidade de arcar com estes
14 gastos, visto que o país, após a pandemia, vivencia um estado de alto índice
15 inflacionário.

16 A partir da negligência estatal, nota-se, como consequência, a inter-
17 ferência no bem-estar do grupo em questão e efeitos na sua saúde íntima. O
18 livro "Presos que menstruam", de Nana Queiroz, ilustra a realidade das pesso-
19 as com vagina em espaços penitenciários. Assim, conforme relatado na obra,
20 devido à precariedade, elas recorrem a diferentes alternativas, como jornal e
21 até mesmo miolo de pão, para conter o fluxo menstrual. Além da população
22 presa, outros indivíduos, como aqueles em situação de rua e jovens sem con-
23 dições financeiras apropriadas, padecem com esta realidade.

24 Portanto, cabe uma solução a partir do Estado, enquanto principal
25 responsável por este cenário atual. O Governo Federal deve, a partir do Minis-
26 tério de Saúde, garantir kits de absorventes e sabonetes para toda a população
27 à margem, que vivencia a pobreza menstrual, sem recortes. A longo prazo,
28 cabe ao Governo controlar a inflação do Brasil contemporâneo, investindo na
29 valorização do Real e evitando obstáculos no acesso a recursos básicos.

Desenvolvimento II: Utiliza-se um repertório válido, que é a menção ao livro "Presos que menstruam" e a exemplificação a outros grupos vulneráveis, mas não há a relação entre estes e os efeitos na saúde íntima (mencionado no primeiro período, mas nunca aprofundado).

Conclusão: A primeira proposta traz agente, ação e detalha a ação, mas não há a presença do meio ou da finalidade da intervenção. Já a segunda proposta não apresenta detalhamento, apenas agente, ação e efeito. Sendo assim, nota-se a carência do elemento 'modo', que deveria aparecer em ao menos uma das propostas.

Tema: Caminhos para combater a pobreza menstrual no Brasil contemporâneo.

Sugestão de reescrita:

1	A saúde é, não só, um direito humano, mas promulgada na Constituição Federal de 1988 como
2	essencial a todos, de acordo com o Artigo 196. Nessa perspectiva, nota-se que, no Brasil atual, tal direito
3	básico é negado a uma grande parcela da população devido ao contexto de pobreza menstrual, no qual
4	indivíduos com útero não podem arcar com os gastos de higiene íntima e têm sua integridade física e pessoal
5	afetada. Dessa forma, é importante refletir sobre as causas e efeitos do problema, além de pôr em xeque a
6	responsabilidade do Estado sobre ele.
7	Primeiramente, uma das causas da situação é o fator econômico. Vivemos, hoje, em um contexto
8	crítico na economia: os artigos básicos estão caros e o nível de pobreza, alto. Consequentemente, absorventes,
9	sabonetes, água, artigos necessários à manutenção da higiene, no geral, estão tarifados em altos preços.
10	Assim, pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social não têm a possibilidade de arcar com estes
11	gastos, visto que o país, em especial após a pandemia, vivencia um alto índice inflacionário, segundo o
12	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com isso, nota-se a urgência de uma postura
13	compromissada do Estado perante a situação.
14	A partir da negligência estatal, nota-se, como resultado, a interferência no bem-estar do grupo em
15	questão e efeitos na saúde íntima. O livro “Presos que menstruam”, de Nana Queiroz, ilustra a realidade das
16	pessoas com vagina em espaços penitenciários. Assim, conforme relatado na obra, devido à precariedade, elas
17	recorrem a diferentes alternativas, como jornal e até mesmo miolo de pão, para conter o fluxo menstrual.
18	Essas opções afetam diretamente a saúde genital, desencadeando irritações e inflamações, e interferem na
19	dignidade humana da comunidade encarcerada. Além da população presa, outros indivíduos, como aqueles
20	em situação de rua e jovens sem condições financeiras apropriadas, padecem com esta realidade.
21	Portanto, cabe uma solução a partir do Estado, enquanto principal responsável por este cenário atual.
22	O Governo Federal deve, a partir do Ministério da Saúde, garantir kits de absorventes e sabonetes para toda
23	a população à margem, que vive a pobreza menstrual. Através da disponibilização destes recursos em postos
24	de saúde, o objetivo é garantir o bem-estar geral dos indivíduos que menstruam e não têm condições para
25	arcar com isso. A longo prazo, cabe ao Governo controlar a inflação do Brasil contemporâneo, investindo na
26	valorização do Real e evitando obstáculos no acesso a recursos básicos.
27	
28	
29	
30	